



www.vwfs.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico desafiador. O Banco Central elevou a taxa Selic a patamares próximos de 15% ao ano, como parte de uma política monetária mais restritiva para conter a inflação persistente. Simultaneamente, o aumento dos gastos públicos e da carga tributária reforçou as preocupações com o equilíbrio fiscal do país.

Apesar do cenário macroeconômico acima descrito, o mercado de carros continuou a se desenvolver assim como a parceria entre as montadoras Volkswagen do Brasil, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil, e suas respectivas redes de concessionárias, que manteve contínuo fortalecimento.

Neste contexto, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros, que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 59,3 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 51,9 bilhões.

financeiras privadas e 24ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de total de ativos, conforme dados do BACEN.

- O Banco Volkswagen ficou no 1º Lugar entre as melhores Instituições Financeiras médias para trabalhar (GPTW).
- A instituição possui 50% das posições ocupadas por mulheres, sendo 39% na liderança executiva.
- Realizamos a oferta pública da 15ª Letra Financeira no valor de R\$ 1 bilhão (demanda de 2,28x o Book), distribuída em três séries de 2 e 3 anos e subordinada de 10 anos.
- Lançamos nosso primeiro fundo de investimento em direitos creditórios no formato revolving, com um patrimônio líquido de R\$ 1,9 bilhão, sendo R\$ 1,5 bilhão em cotas sêniores.
- Elaboração do 1º Relatório Anual com indicadores ESG disponível em linguagem/design universal, trabalho desenvolvido em conjunto com início de uma Estratégia de Descarbonização audiada até 2030.
- Mantivemos o maior nível de rating de créditos corporativos em escala nacional com 2 agências: bRAA/Estável pela S&P Global e AAA.br pela Moody's.
- Aferimos Índice de Basileia de 12,94% em 31 de dezembro de 2025.

Suas operações de crédito (arrendamento mercantil e demais instrumentos com risco de crédito) concentraram 94% de sua carteira em crédito adimplidos em 2025.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada sobre os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

Ademais conforme as melhores práticas de mercado, o Comitê de Auditoria é independente, formado por dois membros externos e um interno. O Comitê de Auditoria supervisiona os trabalhos de auditoria interna e independente e o processo de preparação das demonstrações financeiras, em atendimento à Resolução nº 4.910/21.

Compromisso com as regulamentações do setor

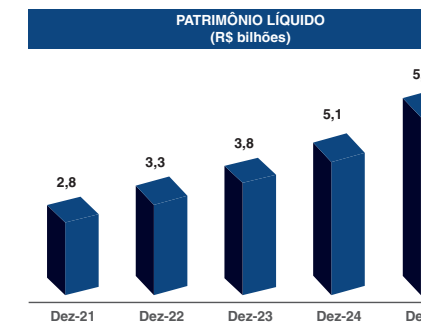
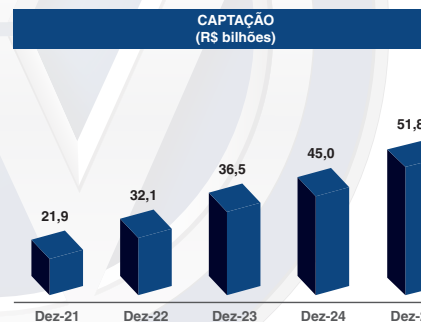
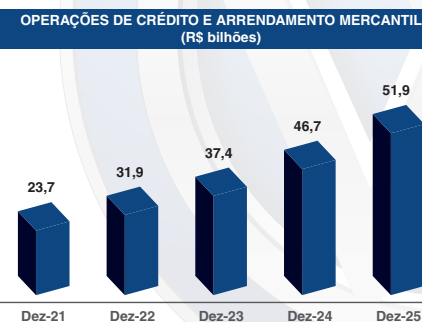
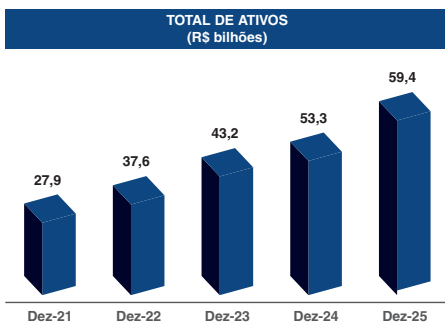
Como instituição financeira constituída no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades regulatórias brasileiras.

PRINCIPAIS DADOS

Abaixo, apresentamos sumário dos principais dados históricos do Banco Volkswagen.

DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- Continuamos sendo o maior banco de montadora no Brasil, 18º colocado entre as instituições



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

| ATIVO   | 2025              |
|---|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>   | <b>31.624.212</b> |
| Disponibilidades (Nota 3)   | 546.384           |
| Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado              | 603.199           |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)                                   | 172.533           |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 5)  | 430.666           |
| Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado                               | 30.000.889        |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)                                | 3.556.233         |
| Relações interfinanceiras (Nota 3)  | 528.102           |
| Operações de crédito (Nota 5)   | 21.558.412        |
| Títulos e créditos a receber (Nota 5)   | 4.358.142         |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 5 III (d))                            | 23.632            |
| Arrendamentos financeiros   | 23.632            |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5 III (g)) | (687.313)         |
| Operações de crédito  | (682.274)         |
| Operações de arrendamento mercantil   | (495)             |
| Outros créditos   | (4.544)           |
| Outros ativos (Nota 6)  | 1.137.421         |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>   | <b>27.746.513</b> |
| Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado              | 123.617           |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)                                   | 123.617           |
| Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado                               | 25.916.980        |
| Operações de crédito (Nota 5 III)   | 25.916.980        |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 5 III (d))                            | 25.193            |
| Arrendamentos financeiros   | 25.193            |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5 (g))     | (2.073.071)       |
| Operações de crédito  | (2.072.707)       |
| Operações de arrendamento mercantil   | (364)             |
| Ativos fiscais diferidos (Nota 19 (a))  | 1.698.762         |
| Outros ativos (Nota 6)  | 1.342.459         |
| Investimentos em participações em controladas (Nota 7)                          | 653.215           |
| Imobilizado de uso (Nota 8)   | 30.087            |
| Intangível (Nota 9)   | 120.029           |
| Depreciações  | (90.758)          |
| Imobilizado de uso (Nota 8)   | (23.030)          |
| Intangível (Nota 9)   | (67.728)          |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>   | <b>59.370.725</b> |

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

|  | 2025              |
|--|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>  | <b>35.819.048</b> |
| Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado | 160.701           |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)                        | 160.701           |
| Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado                  | 35.039.593        |
| Recursos de instituição financeira (Nota 10)                         | 9.414.797         |
| Recursos de clientes (Nota 11)                                       | 17.273.358        |
| Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)                   | 6.157.736         |
| Dívidas subordinadas (Nota 13)                                       | 1.307.953         |
| Outros passivos financeiros (Nota 5 III (e))                         | 885.749           |
| Outros passivos (Nota 16)  | 618.754           |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>  | <b>18.286.307</b> |
| Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado | 62.009            |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)                        | 62.009            |
| Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado                  | 16.752.874        |
| Recursos de instituição financeira (Nota 10)                         | 2.047.382         |
| Recursos de clientes (Nota 11)                                       | 4.395.277         |
| Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)                   | 8.708.106         |
| Dívidas subordinadas (Nota 13)                                       | 665.666           |
| Outros passivos financeiros (Nota 5 III (e))                         | 936.443           |
| Provisões (Nota 14)  | 1.076.652         |
| Outras provisões   | 1.076.652         |
| Passivos fiscais diferidos (Nota 19 (b))                             | 146.730           |
| Outros passivos (Nota 16)  | 248.042           |
| <b>Patrimônio líquido (Nota 17)</b>                                  | <b>5.265.370</b>  |
| Capital social   | 3.948.971         |
| Reservas de lucros   | 1.341.531         |
| Outros resultados abrangentes  | (25.132)          |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                      | <b>59.370.725</b> |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

|  | 2º semestre        | Exercício          |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22 (c))</b>   | <b>4.930.736</b>   | <b>9.344.362</b>   |
| Operações de crédito   | 4.341.469          | 8.371.661          |
| Operações de arrendamento mercantil  | 5.718              | 10.008             |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários   | 260.767            | 409.941            |
| Operações de venda de ativos financeiros   | 322.782            | 552.752            |
| <b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22 (c))</b>   | <b>(3.378.441)</b> | <b>(6.187.860)</b> |
| Operações de captação no mercado   | (3.213.275)        | (5.934.809)        |
| Operações de empréstimos e repasses  | (49.326)           | 66.448             |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)  | 12.239             | (183.926)          |
| Operações de venda de ativos financeiros   | (128.079)          | (135.573)          |
| <b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>  | <b>1.552.295</b>   | <b>3.156.502</b>   |
| <b>REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 5 III (f))</b> | <b>(331.876)</b>   | <b>(1.039.801)</b> |
| Operações de crédito   | (329.053)          | (1.050.830)        |
| Operações de arrendamento mercantil  | (1.115)            | (1.865)            |
| Outros créditos  | (1.215)            | 13.801             |
| Outros instrumentos financeiros  | (493)              | (907)              |
| <b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>  | <b>1.220.419</b>   | <b>2.116.701</b>   |
| <b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>   | <b>(867.481)</b>   | <b>(1.319.800)</b> |
| Rendas de tarifas bancárias (Nota 22 (h))  | 1.226              | 4.449              |
| Despesas de pessoal  | (3.380)            | (6.760)            |
| Outras despesas administrativas (Nota 22 (d))  | (412.113)          | (694.935)          |
| Despesas tributárias   | (60.702)           | (129.110)          |
| Resultado de participação em controlada (Nota 7)   | 639                | 31.294             |
| Outras receitas operacionais (Nota 22 (e))   | 206.670            | 576.646            |
| Outras despesas operacionais (Nota 22 (f))   | (599.821)          | (1.098.384)        |
| <b>REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES</b>   | <b>282</b>         | <b>(19.206)</b>    |
| Fiscais  | (24.237)           | (33.425)           |
| Cíveis   | 23.281             | 15.208             |
| Trabalhistas   | 1.238              | (989)              |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL</b>   | <b>353.220</b>     | <b>780.695</b>     |
| <b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>   | <b>353.220</b>     | <b>780.695</b>     |
| Imposto de renda (Nota 19 (c))   | (5.606)            | (118.950)          |
| Contribuição social (Nota 19 (c))  | 281                | (90.415)           |
| <b>LUCRO LÍQUIDO</b>   | <b>347.895</b>     | <b>571.330</b>     |
| Lucro por ação do capital social no fim do período - R\$ (Nota 18)   | 1,11               | 1,83               |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

|   | Capital social | Subvenção de incentivos fiscais | Reserva legal | Reserva especial de lucros | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros/(Prejuízo) acumulados | Total     |
|---|----------------|---------------------------------|---------------|----------------------------|----------------------------------|------------------------------|-----------|
| <b>Em 31 de dezembro de 2024</b>                  | 3.650.746      | 18.515                          | 279.875       | 932.565                    | 221.475                          | (52.386)                     | 5.103.176 |
| Ajuste inicial na adoção da Resolução nº 4.966/21 | -              | -                               | -             | -                          | -                                | (52.386)                     | (52.386)  |
| <b>Em 1º de janeiro de 2025</b>                   | 3.650.746      | 18.515                          | 279.875       | 932.565                    | 221.475                          | (52.386)                     | 5.050.790 |
| Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 4)         | -              | -                               | -             | -                          | (246.607)                        | -                            | (246.607) |
| Aumento de Capital (AGE 10/10/2025)               | 298.225        | -                               | -             | -                          | -                                | 298.225                      | 298.225   |
| Lucro líquido do exercício                        | -              | -                               | -             | -                          | -                                | 571.330                      | 571.330   |
| Destinações:                                      | -              | -                               | -             | -                          | -                                | -                            | -         |
| Reserva legal                                     | -              | -                               | 28.568        | -                          | -                                | (28.568)                     | -         |
| Juros sobre capital próprio pago (AGE 10/10/2025) | -              | -                               | -             | (408.368)                  | -                                | (408.368)                    | (408.368) |
| Reserva especial de lucros                        | -              | -                               | -             | 490.376                    | -                                | (490.376)                    | -         |
| <b>Em 31 de dezembro de 2025</b>                  | 3.948.971      | 18.515                          | 308.443       | 1.014.573                  | (25.132)                         | 5.265.370                    | 5.265.370 |
| <b>Em 30 de junho de 2025</b>                     | 3.650.746      | 18.515                          | 291.047       | 932.565                    | 41.626                           | 159.877                      | 5.094.376 |
| Ajustes de avaliação patrimonial                  | -              | -                               | -             | -                          | (66.758)                         | -                            | (66.758)  |
| Aumento de Capital (AGE 10/10/2025)               | 298.225        | -                               | -             | -                          | -                                | 298.225                      | 298.225   |
| Lucro líquido do semestre                         | -              | -                               | -             | -                          | -                                | 347.895                      | 347.895   |
| Destinações:                                      | -              | -                               | -             | -                          | -                                | -                            | -         |
| Reserva legal                                     | -              | -                               | 17.396        | -                          | -                                | (17.396)                     | -         |
| Juros sobre capital próprio pago (AGE 10/10/2025) | -              | -                               | -             | (408.368)                  | -                                | (408.368)                    | (408.368) |
| Reserva especial de lucros                        | -              | -                               | -             | 490.376                    | -                                | (490.376)                    | -         |
| <b>Em 31 de dezembro de 2025</b>                  | 3.948.971      | 18.515                          | 308.443       | 1.014.573                  | (25.132)                         | 5.265.370                    | 5.265.370 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizada a operar com as carteiras, de crédito e de arrendamento mercantil, de investimento e financiamento e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil.

A Instituição é participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN. A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo - SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07) e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição está dispensada da apresentação de informações comparativas referente ao período do ano de 2025. Essa dispensa tem como objetivo facilitar a transição para os novos critérios contábeis, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Informamos que alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arrendamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer convergência com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*).

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo entre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Adoção de novas normas

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis a Instituição, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

I - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (Hedge Accounting e Renegociação e Reestruturação)

1) Efeitos da incorporação da taxa de juros efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos na categoria Custo Amortizado passou a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originção do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito passaram a ter os custos de transação e valores recebidos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos pela metodologia diferenciada linear.

2) Efeitos da adoção do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (anteriormente "Provisão para devedores duvidosos")

A provisão para perdas em operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os ratings previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Para a provisão de perdas, a Resolução CMN nº 2.682/99 dispunha sobre o modelo de perdas incorridas que eram reconhecidas apenas quando havia evidência objetiva de que uma perda havia ocorrido. Isso significava que as provisões para perdas eram feitas apenas após a identificação de um evento de perda, ou seja, evento passado. Com a introdução da Resolução CMN nº 4.966/21, foi adotado o modelo de perdas esperadas, por meio do qual a Instituição passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento

inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e *forward looking*. Sob a luz da Resolução CMN nº 2.682/99, a soma total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 1.731.471, já após a adoção do modelo de perdas esperadas, adotado em 01.01.2025, esse saldo passou a ser de R\$ 1.832.973, causando um impacto negativo de R\$ 101.502 (Sendo R\$ 55.826 líquido de efeitos tributários).

3) Efeitos e Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Com a nova definição, houve um impacto na transição registrado em 1º de janeiro de 2025 de R\$ 5.178 no resultado, uma vez que na entrada em vigor da norma, esses contratos apresentaram atraso superior a 60 dias e menor que 91 dias, não recebendo a indicação de ativo problemático.

4) Efeitos no Patrimônio Líquido

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, a Instituição efetuou os cálculos dos efeitos da transição. Esse impacto monta a R\$ 52.386 valor registrado em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais de acordo com o artigo 70 parágrafo único.

Impacto líquido dos efeitos Fiscais (IV)

|  |                  |
|--|------------------|
| Provisão para Perdas Esperadas Associadas a Risco de Crédito (i)     | 5.103.176        |
| Ajuste de Stop Accrual (ii)  | (55.826)         |
| Provisão para Perdas Esperadas - Outros Instrumentos Financeiros (i) | (1.202)          |
| Reserva Reflexa de investimentos (iii)                               | (536)            |
| <b>Patrimônio Líquido 01/01/2025</b>                                 | <b>5.050.790</b> |

(i) Mensuração da provisão levando em consideração a perda esperada; (ii) Realinhamento dos novos parâmetros de *stop accrual*; e (iii) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos;

(iv) O impacto tributário foi de R\$ 46.659 sobre os ajustes demonstrados no quadro, líquidos destes tributos.

5) Efeitos quanto aos aspectos fiscais

Em alinhamento à norma contábil, Resolução CMN nº 4.966/21, a Medida Provisória nº 1.128 foi convertida em Lei nº 14.467 em 17 de novembro de 2022, produzindo efeitos a partir de janeiro de 2025. Com a aproximação entre as normas (contábil e fiscal), o objetivo é reduzir as fragilidades resultantes dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, em especial às perdas incorridas.

A Lei nº 14.467/22 estabelece novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos de instituições financeiras, e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova metodologia leva em consideração o valor a ser deduzido para fins de cálculo do lucro real e da base da contribuição social sobre o lucro líquido, a aplicação de dois fatores - conforme estabelecido na Lei, sobre as operações de créditos com atraso superior a 90 dias. Desburocratizando assim, o critério anteriormente vigente, conforme a Lei nº 9.430/96. Outra questão importante trazida nesta publicação foi em relação aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, e que não tenham sido deduzidos ou recuperados até esta data. Este estoque ficará congelado a partir de Janeiro de 2025, podendo ser excluído do lucro na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), ou 1/120 (um cento e vinte avos), para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Os efeitos da aplicação da Lei nº

...continuação



# Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49  
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP



www.vwfs.com.br

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais

**• Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima, mensurados a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado, com base em dados observáveis.  
A classificação de ativos financeiros depende de:  
• Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e  
• As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros - Teste SPPJ).

**Modelos de Negócios:** O Modelo de Negócio do Banco Volkswagen S.A. reflete a forma como os ativos financeiros são geridos, o que engloba: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; e iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.  
Não houve no período, reclassificação de instrumentos financeiros ou alteração no modelo de negócio.

**Teste SPPJ:** Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender a esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

**Passivos Financeiros**  
Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal. Os passivos financeiros da Instituição foram classificados como custo amortizado, exceto os derivativos, os quais são classificados na categoria valor justo.

**Taxa de Juros Efetiva (TJEO)**  
É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva são considerados as receitas e custos de origem vinculados aos instrumentos operacionalizados. Os ativos financeiros foram apropriados de forma linear, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, os ativos financeiros pela metodologia diferenciada linear e os passivos financeiros pela metodologia completa. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

**Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito**  
A Instituição considera que um ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático", quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações reestruturadas são aquelas que foram objeto de renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

A Instituição considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, se:  
• Se virou problemático por atraso e tiver o atraso reduzido para menos de 90 dias.  
• Se observar a inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos.  
• Se observar a realização de no mínimo uma das parcelas do contrato renegociado.  
As operações serão baixadas para prejuízo, de acordo com o valor da exposição em *default* não recuperada dentro do prazo para reconhecimento da perda de 36 meses, definido por estudos da carteira realizados pela área de Risco de Crédito, reavaliado anualmente.

A Instituição realiza a avaliação contínua da expectativa de recuperação dos instrumentos financeiros registrados em seu ativo, com base em critérios que consideram o risco de crédito associado a cada operação, revista periodicamente, considerando atrasos na operação, renegociação de dívida, situações internos e externos de risco de crédito.

**I - Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As operações compromissadas e as demais aplicações são demonstradas pelo valor justo e classificadas ao Custo Amortizado.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

**II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
Títulos e valores mobiliários, são classificados de acordo com os Modelos de Negócios, bem como a avaliação dos fluxos de caixa contratuais (Teste SPPJ), em:

- **Custo Amortizado - cujo objetivo é** manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.
- **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes - cujo objetivo é** gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- **Valor Justo no Resultado - enquadram** as operações em que os fluxos de caixa contratuais não atendem aos critérios de Somente Pagamento de Principal e Juros. A Instituição não possui os objetivos de gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, classificados ao Valor Justo no Resultado, considerando que:  
(i) destinados a "hedge" de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e  
(ii) destinados a "hedge" de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do "hedge" são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5 I) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).

**III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**  
As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas ao Custo Amortizado e registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuado.

**IV - Operações de crédito cedidas**  
De acordo com Resolução CMN nº 4.966/21, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, permanecem registradas no ativo. Os valores recebidos registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

**V - Operações de arrendamento mercantil**  
Em atendimento à Resolução CMN nº 4.975/21, a Instituição passou a reconhecer os contratos de arrendamento conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 06, Arrendamentos, alinhado ao IFRS 16. A norma entrou em vigor em 01.01.2025 e tem como objetivo aprimorar a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

A composição dos valores é demonstrada na (Nota 5 III (d)).

**VI - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito**  
A metodologia de provisionamento de risco de crédito local da Instituição tem como objetivo cumprir com os requisitos e exigências legais obedecendo às normas de classificação de operações de crédito, definidas pelo Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 4.966/21. O provisionamento de risco de crédito deverá ser calculado mensalmente para toda a carteira de crédito.

A Resolução CMN nº 4.966/21 determina que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sejam alocados em estágios. O modelo de perda de crédito esperada inclui a classificação dos ativos financeiros em três estágios:

• **Estágio 1:** refere-se a instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e instrumentos que perderam os critérios para classificação em estágio 2 ou 3 (processo de cura). O *impairment* para esses ativos é calculado com base na probabilidade de inadimplência, líquida de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer nos 12 meses seguintes à data do balanço. A receita de juros é reconhecida integralmente neste estágio, seguindo o método da taxa efetiva de juros.

• **Estágio 2:** refere-se a instrumentos financeiros que apresentaram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, mas que não foram originados com problemas de recuperação, e instrumentos que perderam os critérios para classificação em estágio 3 (processo de cura), ou seja, não apresentaram inadimplência. Nesse estágio a provisão é calculada levando em conta a probabilidade de inadimplência ao longo do prazo de vida do instrumento financeiro, uma vez que o ativo é considerado em risco de deterioração de crédito. A provisão é, portanto, calculada com base na perda esperada ao longo da vida do ativo. O *impairment* para esses ativos é calculado com base na estimativa de perdas por probabilidade de inadimplência, líquidas de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer ao longo da vida do instrumento financeiro. A receita de juros é reconhecida integralmente neste estágio, seguindo o método da taxa efetiva de juros.

• **Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros, classificados como ativo problemático, que apresentaram problemas de recuperação de crédito, inclusive os que já foram originados nessa situação. O *impairment* para esses ativos é calculado com base na probabilidade de inadimplência, perda esperada, líquida de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer ao longo da vida do instrumento financeiro. A receita de juros é reconhecida com base na exposição do cliente, líquida de *impairment*, também seguindo o método da taxa efetiva de juros, com interrupção do acúmulo de juros (*stop accrual*) após 90 dias de atraso nos pagamentos do instrumento e mediante as demais regras de classificação em ativo problemático.

A provisão para perda esperada é dada pela multiplicação do saldo contábil dos ativos pelo valor da probabilidade de *default* (PD) e pelo valor da perda uma vez dado o *default* (*Loss Given Default - LGD*). Os valores de PD e LGD são obtidos pelos modelos estatísticos e premissas internas da instituição.

Para os ativos inadimplidos classificados no Estágio 3 é considerada a curva de LGD dada pela resolução BCB nº 352/23, aplicada de acordo com as respectivas classificações da carteira de crédito (C1 a C5).

Adicionalmente, a Instituição utiliza modelos de "Forward Looking" em conformidade com a determinação de inclusão de projeções macroeconômicas, a fim de sensibilizar o nível de perdas esperadas da carteira de crédito. Dado o nível de incerteza de projeções econômicas do tipo, é aconselhável que sejam considerados cenários de projeções de forma a contabilizar efeitos econômicos, políticos, sociais e naturais que possam, de forma esperada ou inesperada, afetar o cenário de crédito em que a instituição está inserida. A Instituição trabalha com 3 cenários macroeconômicos: realista, otimista e pessimista. Os dados que embasam as projeções são fornecidos por consultoria especializada, pela área de Tesouraria da Instituição ou outras fontes aprovadas pela administração da empresa. As fontes de informação são claramente documentadas sempre que há atualização das variáveis do modelo.

**(e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**  
Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos, na rubrica "Ativos fiscais diferidos", sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido, registrado na rubrica "Passivos fiscais diferidos" decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais (tributados quando da realização) e da superveniência de depreciação.

A provisão para IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 20%, vigente em 31 de dezembro de 2025. Desde 2015 a alíquota de CSLL foi alterada por lei, variando de 15% a 25%.

A Lei nº 14.467/22, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras. As alterações visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

A composição dos valores de IRPJ e CSLL, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 19).

**(f) Investimentos em participação em controladas**  
A Instituição detém participação no capital do Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda. de 100% e avalia esse investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Informações sobre a empresa controlada é demonstrada na (Nota 7).  
**(g) Imobilizado de uso e intangível**  
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

**(h) Outros ativos**  
Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento são contabilizados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização. As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a prêmios de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência das apólices.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 6).

**(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**  
Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

**(j) Depósitos e demais instrumentos financeiros**  
São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica "Outros passivos financeiros" do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**(k) Captações e emissões**  
São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 10, 11, 12 e 13).

**(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando se tornam praticamente certos, a partir da existência de evidências que propiciem a perspectiva de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, indicando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III - Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

**(m) Outros passivos**  
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentada na (Nota 16).

**(n) Patrimônio líquido**  
I - Capital social  
O capital social é integralmente composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II - Reserva de lucros  
A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais - refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal - na forma da Lei nº 6.404/76, objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros - refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III - Lucro por ação  
A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos seus acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 18).

IV - Dividendos e Juros sobre o capital próprio  
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Instituição provisionada e não antecipada ao longo do exercício é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**(o) Resultado recorrente e não recorrente**  
Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 22 (g)).

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|   | 2025                 |                  |                  |
|---|----------------------|------------------|------------------|
|   | Valor contábil bruto | Perdas esperadas | Custo amortizado |
| Total disponibilidades .....                                | 546.384              | -                | 546.384          |
| Disponibilidades .....                                      | 546.384              | -                | 546.384          |
| <b>Total Aplicações em Operações</b>                        |                      |                  |                  |
| Compromissadas .....  | 3.464.996            | (66)             | 3.464.930        |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT .....                   | 1.014.894            | (19)             | 1.014.875        |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN .....                      | 2.450.102            | (47)             | 2.450.055        |
| <b>Total aplicações em depósitos interfinanceiros</b> ..... | <b>91.304</b>        | <b>(1)</b>       | <b>91.303</b>    |
| Pós-fixado DI .....   | 91.304               | (1)              | 91.303           |
| <b>Total relações interfinanceiras</b> .....                | <b>528.102</b>       | <b>-</b>         | <b>528.102</b>   |
| Relações com correspondentes no país .....                  | 493                  | -                | 493              |
| Depósitos vinculados ao banco Central .....                 | 527.609              | -                | 527.609          |
|   | <b>4.630.786</b>     | <b>(67)</b>      | <b>4.630.719</b> |

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda. Essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Não houve alteração de categoria de mensuração.

**(b) Os saldos das Carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue, pelo saldo contábil bruto:**

|  | A vencer         |                  |                  |                  |                   | Total          |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|----------------|
|  | Até 1 mês        | De 1 a 3 meses   | De 3 a 6 meses   | De 6 a 12 meses  | De 1 a 3 anos     |                |
| Operações de crédito .....                           | 2.160.486        | 4.050.121        | 6.267.369        | 9.457.267        | 20.702.630        | 897.235        |
| Operações de arrendamento mercantil financeiro ..... | 2.496            | 4.248            | 5.714            | 10.851           | 22.541            | 322            |
| Outros créditos - títulos e créditos a receber ..... | 1.750.146        | 1.178.285        | 1.296.577        | 133.134          | -                 | 4.358.142      |
|  | <b>3.913.128</b> | <b>5.232.654</b> | <b>7.569.660</b> | <b>9.601.252</b> | <b>20.725.171</b> | <b>897.557</b> |

**(c) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, pelo saldo contábil bruto:**

|                                | 2025                |                     |                     |                   |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
|                                | Estágio 1 (590.831) | Estágio 2 (429.354) | Estágio 3 (612.788) | Total (1.832.973) |
| Pessoas físicas .....          | 27.977.055          | -                   | -                   | 27.977.055        |
| Outros serviços .....          | 15.473.138          | -                   | -                   | 15.473.138        |
| Comércio .....                 | 5.002.925           | -                   | -                   | 5.002.925         |
| Indústria .....                | 2.244.435           | -                   | -                   | 2.244.435         |
| Rural .....                    | 349.539             | -                   | -                   | 349.539           |
| Habitação .....                | 717.121             | -                   | -                   | 717.121           |
| Intermediário financeiro ..... | 118.146             | -                   | -                   | 118.146           |
|                                | <b>51.882.359</b>   | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>51.882.359</b> |

**(d) Carteira de arrendamento mercantil**  
Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2030 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 25.346, sendo que desse total R\$ 16.860 foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente no montante de R\$ 48.825.

**(e) Operações de crédito vinculadas a cessão**  
A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e, portanto, o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em "Operações de crédito" e o passivo registrado como "Outros passivos financeiros", tanto ativo quanto o passivo, são mensurados ao custo amortizado. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

|                                | Data início | Ativo            | Passivo          |
|--------------------------------|-------------|------------------|------------------|
| FIDC Master Brasil I (i) ..... | 2025        | 2.353.679        | 2.290.490        |
|                                |             | <b>2.353.679</b> | <b>2.290.490</b> |

**(f) Saldo contábil**

|                                | Ativo            | Passivo          |
|--------------------------------|------------------|------------------|
|                                | 2025             | 2025             |
| FIDC Master Brasil I (i) ..... | 1.862.354        | 1.822.192        |
|                                | <b>1.862.354</b> | <b>1.822.192</b> |

Circulante .....

Não circulante .....

(i) Administrado pelo Banco Bradesco S.A.

**(f) Saldo e movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

|  | 2025                |                     |                       |                   |
|--|---------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|
|  | Estágio 1 (547.292) | Estágio 2 (341.989) | Estágio 3 (1.865.700) | Total (2.754.981) |
| Operações de crédito .....                           | (214)               | (432)               | (213)                 | (859)             |
| Operações de arrendamento mercantil financeiro ..... | (4.271)             | (273)               | -                     | (4.544)           |
| Outros créditos - títulos e créditos a receber ..... | (551.777)           | (342.694)           | (1.865.913)           | (2.760.384)       |

### 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição têm por propósito proteger os ativos e passivos próprios de riscos atrelados à variação cambial, taxa de juros, entre outros. Os Instrumentos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.  
Os instrumentos financeiros estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.  
Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

| Tipo  | Valor nominal | 31 de dezembro  |                  |                  |
|---|---------------|-----------------|------------------|------------------|
|   |               | Ativo (Passivo) | (Despesa)        | Líquido          |
| <b>Juros</b>  |               |                 |                  |                  |
| Contratos de Swap - Pré x DI .....                                | 1.518.721     | -               | (1.139)          | (8.006)          |
| <b>Cambial</b>  |               |                 |                  |                  |
| Swap de variação cambial - USD                                    |               |                 |                  |                  |
| hedge de risco de mercado .....                                   | 562.000       | -               | (36.186)         | (119.051)        |
| Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa ..... | 11.492.599    | 296.150         | (185.385)        | (56.869)         |
|   |               | <b>296.150</b>  | <b>(222.710)</b> | <b>(183.926)</b> |
|   |               | <b>172.533</b>  | <b>(160.701)</b> | <b>(25.132)</b>  |
| Circulante .....  |               | 123.617         | (62.009)         |                  |
| Não circulante .....  |               |                 |                  |                  |

**Hedge**  
A estratégia de hedge da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, empréstimos no exterior e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, assim como as políticas e os objetivos da gestão de risco, foram documentados no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixa. As operações de hedge são classificadas como hedge de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI) e hedge de risco de mercado para proteger da exposição à variação cambial do Dólar provenientes da contratação de empréstimos do exterior.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor nominal é de R\$ 12.054.599, com prazos de vencimentos entre 2026 até dezembro de 2028. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram um valor de mercado negativo com reflexo negativo no resultado R\$ 175.920 e no resultado abrangente o hedge de fluxo de caixa gerou efeito negativo no exercício de R\$ 66.758 líquido dos efeitos tributários, com saldo apresentado no patrimônio líquido R\$ 25.132.

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2025, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de hedge.

### 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### ITÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC), constituídos sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.. As cotas são valorizadas a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

...continuação



# Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49  
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP



www.vwfs.com.br

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais

### 10. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 11.462.179, mensurados ao custo amortizado, sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC, e;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 107,60% do DI, com o respectivo fluxo de vencimento;
- Obrigações por Operações Compromissadas em Notas do Tesouro Nacional com prazo de vencimento em até 1 dia, e;
- Obrigações com empréstimos no Exterior em Dólar, a taxas de juros prefixadas de até 7,12% ao ano, com prazo de vencimento em até 3 anos.

|                      | 2025                       |                                  |                         | Total      |
|----------------------|----------------------------|----------------------------------|-------------------------|------------|
|                      | Depósitos interfinanceiros | Obrigações por repasses - FINAME | Empréstimos no Exterior |            |
| Até 90 dias.....     | 2.773.848                  | 55.380                           | -                       | 2.829.228  |
| De 91 a 365 dias ..  | 5.300.868                  | 141.779                          | 1.142.922               | 6.585.569  |
| De 1 a 3 anos.....   | 1.136.568                  | 182.095                          | 713.489                 | 2.032.152  |
| Acima de 3 anos..... | -                          | 15.230                           | -                       | 15.230     |
| Total.....           | 9.211.284                  | 394.484                          | 1.856.411               | 11.462.179 |
| Circulante.....      | 8.074.716                  | 197.159                          | 1.142.922               | 9.414.797  |
| Não circulante.....  | 1.136.568                  | 197.325                          | 713.489                 | 2.047.382  |

### 11. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 111,8% do DI. Os depósitos a prazo são mensurados ao custo amortizado e, em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto como segue:

|                      | 2025       |
|----------------------|------------|
| Até 90 dias.....     | 4.054.162  |
| De 91 a 365 dias ..  | 13.219.196 |
| De 1 a 3 anos.....   | 4.385.218  |
| Acima de 3 anos..... | 10.059     |
| Total.....           | 21.668.635 |
| Circulante.....      | 17.273.358 |
| Não circulante.....  | 4.395.277  |

### 12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até dezembro de 2028, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 103,6% do DI, mensurados ao custo amortizado.

|                      | 2025       |
|----------------------|------------|
| Até 90 dias.....     | 1.241.694  |
| De 91 a 365 dias ..  | 4.916.042  |
| De 1 a 3 anos.....   | 8.708.106  |
| Acima de 3 anos..... | 14.865.842 |
| Total.....           | 19.721.684 |
| Circulante.....      | 6.157.736  |
| Não circulante.....  | 8.708.106  |

### 13. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3, mensurados ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025, são compostas como segue:

| Prazo até o vencimento | Valor original da operação |            |
|------------------------|----------------------------|------------|
|                        | 2025                       | Saldo 2025 |
| Até 1 ano.....         | 604.705                    | 1.307.953  |
| Acima de 5 anos.....   | 598.500                    | 665.666    |
| Total.....             | 1.203.205                  | 1.973.619  |

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 0,9% a 9,3% ao ano. Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica "instrumentos de dívidas elegíveis a capital". Em 31 de dezembro, o montante referente a esses passivos é de R\$ 1.973.619. As demais operações continuam sendo registradas em "dívidas subordinadas", inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 22 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 665.666.

### 14. PROVISÕES

A composição das Provisões classificadas no Passivo não Circulante é demonstrada abaixo:

|  | 2025      |
|--|-----------|
| Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 15).....   | 1.076.543 |
| Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 22 (i))..... | 109       |
| Não circulante.....  | 1.076.652 |

### 15. PROVISÕES - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

|   | Provisão para contingências e obrigações legais | Depósitos e bloqueios judiciais |
|---|---|---------------------------------|
|   | 2025  | 2025                            |
| Reclamações trabalhistas (Nota 15 (c))..... | 21.998  | 11.343                          |
| Reclamações cíveis (Nota 15 (c)).....       | 119.168   | 45.923                          |
| Riscos fiscais (Nota 15 (c)).....           | 28.645  | 40.032                          |
| Obrigações legais (Nota 15 (c)).....        | 906.732   | 998.770                         |
| Total.....                                  | 1.076.543                                       | 1.096.068                       |
| Não circulante.....                         | 1.076.543                                       | 1.096.068                       |

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

|                                 | Provisão para contingências e obrigações legais | exercício |
|---------------------------------|---|-----------|
|                                 | 2025  | 2025      |
| Saldo inicial.....              | 1.199.661                                       | 86.922    |
| Constituição (ii).....          | -   | (134.320) |
| Reversão (ii).....              | -   | (142.324) |
| Baixa (i).....                  | -   | 66.604    |
| Atualização monetária (ii)..... | -   | 1.076.543 |
| Saldo final.....                | 1.076.543                                       | 1.096.068 |

(i) Refere-se, principalmente a baixa de obrigações legais, da discussão quanto a incidência de IRPJ e CSLL sobre as receitas de atualização monetária de Ativos.

(ii) A movimentação da constituição, reversão e atualização monetária do exercício de 2025, foi registrado na rubrica reversão/(despesas) de provisão da Demonstração de Resultado, no montante de R\$ 19.206.

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser resumida como segue:

Reclamações trabalhistas - envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido em cada ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso.

Reclamações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Riscos fiscais - referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 447; a ação de consignação em pagamento de ISS, no total de R\$ 8.550 e por fim, à discussão de cobrança de IPVA de veículos de contratos de arrendamento mercantil, no valor de R\$ 10.709.

Obrigações legais - referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15%, e posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 863.739 e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 35.409.

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados. A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

|                        | 2025      |
|------------------------|-----------|
| <b>Tributárias</b>     |           |
| IOF (i).....           | 973.710   |
| IRPJ/CSLL (ii).....    | 328.670   |
| ISS (iii).....         | 434.500   |
| Outros.....            | 434.594   |
| Total.....             | 2.171.474 |
| <b>Cíveis</b>          |           |
| Ações revisionais..... | 45.246    |
| Total.....             | 45.246    |

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

### 16. OUTROS PASSIVOS

|  | 2025    |
|--|---------|
| Impostos e contribuições a pagar.....                  | 26.018  |
| Resultado de exercícios futuros (i).....               | 277.428 |
| Contas a pagar.....                                    | 277.063 |
| Contratos de financiamentos a pagar.....               | 142.409 |
| Recebimentos em trânsito a processar.....              | 81.112  |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados..... | 22.446  |
| Outros.....  | 40.320  |
| Total.....   | 866.796 |
| Circulante.....  | 618.754 |
| Não circulante.....                                    | 248.042 |

(i) Refere-se aos valores correspondentes a taxas subsidiadas aplicáveis a contratos formalizados até 2024, cuja apropriação contábil está diferida ao longo do prazo contratual.

### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### (a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um

dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2025, foi deliberado o aumento de capital, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional no montante de R\$ 298.225, sem a emissão de novas ações, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2025.

(b) **Dividendos e Juros sobre o Capital próprio**  
Por deliberação dos acionistas não foram propostos dividendos relativos ao exercício de 2025.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, relativo ao ano de 2024, no valor de R\$ 408.368. Os juros sobre o capital próprio foram calculados, conforme o parágrafo segundo do artigo 75 da IN 1.700/2017, mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) calculada por rata dia e aplicada sobre o patrimônio líquido à época. Em atendimento à legislação, o montante dos juros sobre o capital próprio deliberado e pago foi contabilizado no patrimônio líquido, sem prejuízo do respectivo efeito fiscal na base de cálculo do IRPJ e da CSL. Os valores creditados e foram pagos em dezembro de 2025.

### 18. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

|  | 31.12.2025 |
|--|------------|
| <b>Numerador</b>                                   |            |
| Lucro líquido do exercício.....                    | 571.330    |
| <b>Denominador</b>                                 |            |
| Média ponderada do número de ações ordinárias..... | 312.956    |
| Lucro líquido por ação.....                        | 1,83       |

### 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%). O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.698.762 relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 1.417.420 e contingências no montante de R\$ 83.766. O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 146.730 e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 103.242, superveniência de depreciação R\$ 15.730, e ajuste a valor de mercado sobre *hedged* de fluxo de caixa R\$ 27.757, com prazo de realização até 2031.

#### (a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

|   | 2026    | 2027    | 2028    | 2029  | De 2030 a 2035 | Total     |
|---|---------|---------|---------|-------|----------------|-----------|
| Imposto de renda e contribuição social..... | 149.885 | 206.370 | 174.742 | 6.126 | 1.161.639      | 1.698.762 |

O valor presente dos créditos tributários no período totaliza R\$ 1.118.699 descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

#### (b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

|                    | Ativos fiscais diferidos |           | Passivos tributários diferidos |           |
|--------------------|--------------------------|-----------|--------------------------------|-----------|
|                    | exercício                | 2025      | exercício                      | 2025      |
| Saldo inicial..... | -                        | 1.842.608 | -                              | 335.162   |
| Constituição.....  | -                        | 374.859   | -                              | 37.924    |
| Realização.....    | -                        | (518.705) | -                              | (226.356) |
| Saldo final.....   | -                        | 1.698.762 | -                              | 146.730   |

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos créditos tributários de 31 de dezembro de 2025, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

#### (c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

|   | 2025      |
|---|-----------|
| Resultado antes da tributação sobre o lucro.....                  | 780.695   |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes..... | (351.313) |
| Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:          |           |
| Adições (exclusões) permanentes.....                              | 133.691   |
| Equivalência patrimonial (Nota 8).....                            | 14.083    |
| Ajuste de períodos anteriores.....                                | (5.945)   |
| Outros.....   | 119       |
| Imposto de renda e contribuição social no exercício.....          | (209.365) |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente.....            | (5.945)   |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido.....            | (203.420) |

### 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

|  | Ativo (Passivo) | Receita (Despesa) |
|--|-----------------|-------------------|
| <b>Volkswagen Serviços Ltda.</b>   |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (120.524)       | (10.873)          |
| <b>Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.</b> |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (430.191)       | (60.969)          |
| <b>Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.</b>                             |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (53.393)        | (12.477)          |
| <b>Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.</b>                       |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (7.512)         | (2.936)           |
| <b>Simple Way Locações e Serviços Ltda.</b>                              |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (709.242)       | (6.589)           |
| <b>Volkswagen Participações Ltda.</b>                                    |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (66.472)        | (6.878)           |
| Outras despesas administrativas.....                                     | (34.988)        | (321.574)         |
| <b>Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.</b>      |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (7.008.735)     | (454.489)         |
| Letras financeiras subordinadas.....                                     | (1.307.953)     | (63.813)          |
| Contas a receber - valores a ressarcir.....                              | 146.346         | 683.577           |
| Arrendamento mercantil financeiro.....                                   | 138             | 98                |
| <b>Volkswagen Truck &amp; Bus Indústria e Comércio de Veículos Ltda</b>  |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (23.187)        | (189.131)         |
| Contas a receber - valores a ressarcir.....                              | 10              | 62.500            |
| Contas a receber.....  | 2.726           | 1.232             |
| <b>MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.</b>       |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | -               | (370)             |
| <b>AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.</b>                       |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (1.002.507)     | (130.410)         |
| Contas a receber - valores a ressarcir.....                              | -               | 6.606             |
| <b>Volkswagen Financial Services AG</b>                                  |                 |                   |
| Contas a pagar.....  | -               | (26.155)          |
| <b>Volkswagen Bank GmbH</b>  |                 |                   |
| Contas a pagar.....  | -               | (354)             |
| <b>VW Software Asset Management GmbH</b>                                 |                 |                   |
| Contas a pagar.....  | -               | (9.067)           |
| <b>Volkswagen AG</b>   |                 |                   |
| Contas a pagar.....  | -               | (5.079)           |
| <b>Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda.</b>       |                 |                   |
| Contas a receber - valores a ressarcir.....                              | -               | 225               |
| <b>LM Transportes Interaduais Serviços e Comércio S.A. (I)</b>           |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (1.011.097)     | (157.724)         |
| Operação de crédito.....   | -               | -                 |
| Títulos e créditos a receber.....  | 733.109         | 30.004            |
| <b>Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda</b>                       |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (510.318)       | (19.386)          |
| Contas a receber - valores a ressarcir.....                              | -               | 179               |
| <b>São Bernardo Administração de Créditos Ltda</b>                       |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | (9.914)         | (1.266)           |
| <b>Banco Traton Brasil S.A.</b>  |                 |                   |
| Contas a receber.....  | -               | 198.607           |
| <b>Scania Latin América Ltda.</b>  |                 |                   |
| Depósitos a prazo.....   | -               | (988)             |
| <b>Volkswagen Finance Overseas B.V.</b>                                  |                 |                   |
| Empréstimo no exterior.....  | (703.675)       | 39.775            |
| Contas a pagar.....  | -               | (200)             |

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

#### Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, ou seja, os diretores estatutários.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

|                                       | 2025   |
|---------------------------------------|--------|
| Benefícios de curto prazo.....        | 18.034 |
| Benefícios pós-emprego.....           | 3.685  |
| Outros benefícios de longo prazo..... | 888    |
| Total.....                            | 22.607 |

### 21. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

#### (a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

|  | Em 31 de dezembro de 2025 |                   |
|--|---------------------------|-------------------|
|  | Valor contábil            | Valor justo       |
| Caixa e equivalentes de caixa.....                 | 4.630.719                 | 4.630.719         |
| Ativos financeiros ao valor justo (i).....         | 430.666                   | 430.666           |
| Instrumentos financeiros derivativos (i).....      | 296.150                   | 296.150           |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil..... | 44.768.377                | 45.270.272        |
| Outros ativos financeiros.....                     | 683.163                   | 683.163           |
| <b>Total de ativos financeiros.....</b>            | <b>50.809.075</b>         | <b>51.310.970</b> |
| Recursos de instituição financeira (ii).....       | 11.462.179                | 11.462.1          |

...continuação



# Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49  
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP



www.vwfs.com.br

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais

| (e) Outras receitas operacionais                        |                |
|---|----------------|
|   | <b>2025</b>    |
| Recuperação de encargos e despesas (i).....             | 191.966        |
| Variação monetária ativa.....                           | 143.368        |
| Reversão de provisões (ii).....                         | 7.193          |
| Transferência de operações para Banco Traton (iii)..... | 198.607        |
| Outras receitas operacionais.....                       | <b>35.512</b>  |
|   | <b>576.646</b> |

(i) Refere-se, principalmente, a atualização de depósitos judiciais  
(ii) Refere-se, a reversão de processos fiscais.  
(iii) Refere-se a valor relacionado a transferência de operações de veículos do segmento de caminhões e ônibus ao Banco Traton do Brasil S.A.

| (f) Outras despesas operacionais                          |                  |
|---|------------------|
|   | <b>2025</b>      |
| Despesas com descontos concedidos.....                    | 161.036          |
| Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)..... | 375.809          |
| Despesas com busca e apreensão.....                       | 416.368          |
| Despesas com provisões operacionais (ii).....             | 6.770            |
| Despesas de bens de uso não próprio.....                  | 98.329           |
| Outras despesas operacionais.....                         | <b>40.072</b>    |
|   | <b>1.098.384</b> |

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.  
(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

**(g) Resultados recorrentes e não recorrentes**  
De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

| Detalhamos abaixo:  |                |
|---|----------------|
|   | <b>2025</b>    |
| Resultado recorrente.....                                       | 372.723        |
| Resultado não recorrente.....                                   | 198.607        |
| Transferência de operações para Banco Traton (Nota 22 (e))..... | 198.607        |
| Lucro líquido do exercício.....                                 | <b>571.330</b> |

**(h) Rendas de tarifas bancárias**  
Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

**(i) Avais e fianças**  
Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 14.456, cuja provisão é de R\$ 109, em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.966/21.

### 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

**Reforma Tributária sobre o Consumo - Impactos Atuais e Potenciais**  
A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo, que prevê a substituição gradual dos tributos PIS, Cofins, ISS e ICMS pelos novos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, além da criação do Imposto Seletivo (IS).  
A regulamentação infraconstitucional encontra-se em andamento, com implementação prevista de forma gradual entre 2026 e 2033, incluindo período de convivência entre o regime atual e o novo modelo.

As instituições financeiras permanecem parcialmente excluídas do regime não cumulativo pleno aplicável aos demais setores, mantendo-se regime específico para tributação de receitas financeiras, conforme previsto na Emenda Constitucional e nos projetos de lei complementar ainda em discussão.  
**(i) Expectativas de Aplicação aos Tributos Vigentes**  
A Administração entende que, com base nas informações disponíveis até o momento: A CBS deverá substituir o PIS e a Cofins incidentes sobre determinadas receitas e custos operacionais;

O IBS não incidirá diretamente sobre a atividade-fim bancária, podendo, contudo, impactar serviços contratados, especialmente aqueles hoje sujeitos ao ISS;  
O Imposto Seletivo não deve ser aplicável às atividades financeiras típicas.

**(ii) Impactos Contábeis Observados até a Data da Divulgação**  
Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes já mensuráveis sobre:

- resultado do exercício;
  - ativos e passivos tributários correntes;
  - ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.
- A ausência de impactos registrados decorre da inexistência, até o momento, de regulamentação definitiva que permita mensuração confiável dos efeitos tributários futuros, em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis.

**(iii) Potenciais Impactos Futuros**  
Com base nas discussões legislativas e normativas em andamento, os principais impactos potenciais para a Instituição podem envolver:

**a) Resultado e Margens**  
Alterações na carga tributária efetiva incidente sobre receitas acessórias e serviços; Redução ou eliminação de benefícios fiscais atualmente existentes no regime de PIS/Cofins; Possível recuperabilidade parcial de créditos tributários, dependente de regulamentação complementar da CBS.

**b) Custos Operacionais**  
Aumento dos custos de serviços contratados (tecnologia, terceirização e serviços administrativos) em razão da substituição do ISS pelo IBS; Necessidade de revisão contratual com fornecedores para adequação ao novo tratamento tributário.

**c) Sistemas, Processos e Controles**  
Adequações sistêmicas em módulos fiscais, contábeis e de faturamento para apuração da CBS e do IBS;  
Reforço nos controles internos para atendimento às novas obrigações acessórias; Possível aumento de custos de conformidade e consultoria durante o período de transição.

### DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO  
Diretor - CEO  
LUIS FABIANO ALVES PENTEADO  
Diretor

MARCEL EMILE FICKERS  
Diretor - CFO  
MURILO AZEVEDO BRUNO  
Diretor

### CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH  
Contador - CRC MG-088837/O-0-T-SP

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2025

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, a constituição do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen. A autoridade deste Comitê de Auditoria abrange o Conglomerado Prudencial, que engloba, para fins desse relatório, a instituição líder Banco Volkswagen e sua controlada Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda. ("CNVW"), composto e funcionando em atendimento à Resolução nº 4910/2021, do Conselho Monetário Nacional, e a Resolução nº 130/2021, do Banco Central do Brasil. Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Luis Fabiano Alves Penteado, eleito como Presidente; Carlos Augusto da Silva, eleito como Membro Qualificado, e; Sra. Luciana Ibiapina Lira Aguiar, eleita como membro; todos na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2025, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2027. Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pela Diretoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos e recomendar correções ou aprimoramentos dentro do âmbito de suas atribuições; (ii) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente, quanto a efetividade e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, incluindo a qualificação e a independência; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; e (iv) revisar , previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração e o relatório do Auditor Independente do Banco Volkswagen e do CNVW. As avaliações do Comitê de Auditoria foram baseadas, primordialmente, nas informações fornecidas pelas diversas Diretorias e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente, além de iniciativas tomadas em relação a outros procedimentos, quando entendidos como necessários. A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é também responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e do CNVW e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação e de consultoria sobre (i) a efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais,

(iii) o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) a salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) as atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) a estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. é responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis e emissão de opiniões sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen e do CNVW, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo também de sua responsabilidade assegurar as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares. O planejamento anual de trabalhos do Comitê de Auditoria é realizado no início de cada exercício, considerando as demandas regulamentares e os assuntos que possam impactar as Demonstrações Financeiras, a gestão de riscos e a gestão de controles internos, sendo revisado periodicamente conforme a execução de suas atividades. Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, destacamos: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2025, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e relatório da Auditoria Independente; (ii) zelar pela atuação, independência e qualidade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e internos aplicáveis ao Banco Volkswagen e ao CNVW, além de regulamentos e políticas internas; (iii) acompanhar as providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) avaliar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) zelar pela efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos; (vi) realizar reuniões com executivos das áreas de Gestão de Riscos, Jurídico, Tributário, Compliance & Controles Internos, Tecnologia da Informação, Sustentabilidade & Relações Governamentais e Contabilidade com o objetivo de zelar pela qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, política de responsabilidade social, ambiental e climática, capital regulatório, operações com partes relacionadas, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, avaliação de controles internos, conduta, segurança cibernética, contingências e efetividade da prevenção à lavagem de dinheiro; e (vii) emitir o presente Relatório do Comitê de

Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum. Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos. A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das Demonstrações Financeiras e a postura independente de suas ações. As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização. No decorrer de suas atividades, o Comitê de Auditoria não tomou conhecimento sobre fraudes, descumprimento de regulamentos, e nem sobre falhas de controles internos e contábeis que pudessem colocar em risco a continuidade do Banco Volkswagen e do CNVW. Por todo o exposto, concluiu o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o apetite de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen e do CNVW, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen e do CNVW são satisfatórios, possuem qualidade e independência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não houve divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no relatório da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 27 de março de 2026.  
Comitê de Auditoria  
Luis Fabiano Alves Penteado - Presidente  
Carlos Augusto da Silva - Membro Qualificado  
Luciana Ibiapina Lira Aguiar - Membro

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*  
Em nosso exame de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com os principais processos: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram, entre outros: (i) análise de contratos e liquidações (ii) a confirmação da existência das operações por meio de circularização, (iii) recálculo do saldo em aberto na data-base (iv) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (v) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (vi) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21; (vii) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (viii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
**Ambiente de tecnologia**  
As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*  
No curso de nosso exame, foram envolvidos especialistas na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026.



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S. Ltda.  
CRC SP-034519/O  
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro  
CRC-SP241544/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 30/03/2026  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/30/BCOVOLKSWAGEN158842830032026.pdf>  
Hash: 177464616332b16ce0df2141bd829884fbb48b1262